

Policy Brief

O processo de adesão da China
e da Rússia à OMC e as implicações
para a agenda dos BRICS



Fevereiro de 2012

Núcleo de Desenvolvimento, Comércio, Finanças e Investimentos

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



Policy Brief

O processo de adesão da China
e da Rússia à OMC e as implicações
para a agenda dos BRICS



Fevereiro de 2012

Núcleo de Desenvolvimento, Comércio, Finanças e Investimentos

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



O processo de adesão da China e da Rússia à OMC e as implicações para a agenda dos BRICS

1. Sumário Executivo

Na reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2011, foram concluídas as negociações para a adesão da Rússia à Organização – processo finalizado dez anos após a entrada da China. Os dois países têm em comum um passado de economias planificadas que passaram por um processo de liberalização nos últimos 40 anos e se tornaram duas grandes economias, o que aumenta a importância da participação dos dois países no sistema multilateral de comércio. Este *paper* tem como objetivo apresentar uma breve análise comparada do processo de negociação de cada um desses países, bem como dos compromissos assumidos em seus respectivos protocolos de adesão. Por fim, apresenta-se um balanço dos dez anos da China na OMC e alguns cenários para a Rússia no sistema multilateral de comércio, com vistas a refletir sobre as perspectivas e os desafios de uma eventual agenda de coordenação dos BRICS na OMC.

2. Introdução

Há dez anos, duas das maiores economias mundiais – a China e a Rússia – estavam fora da Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, essa situação tornou-se insustentável diante da crescente importância econômica desses países no mundo, traduzida, entre outros elementos, pela presença de China e Rússia no agrupamento de economias emergentes dos BRICS (que também inclui Brasil, Índia e África do Sul).

O processo de adesão de ambos os países foi tortuoso e extenso, entre outros motivos, devido à necessidade de adaptações no quadro econômico chinês e russo (herdado da experiência socialista/comunista¹), de modo a viabilizar a liberalização comercial que seria negociada no âmbito da OMC. Com efeito, a economia desses países passou apenas recentemente por um processo de abertura comercial: na China, na década de 1970, com Deng Xiaoping; e na Rússia, na década de 1990, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Em dezembro de 2011, os membros da OMC aprovaram, durante a 8ª Conferência Ministerial, o protocolo de adesão da Rússia à Organização. Nesse contexto, este *policy brief* compara esse processo com o ingresso da China (aprovada em 2001), a fim de identificar as condicionantes impostas a países de características econômicas tão híbridas para a integração ao regime internacional de comércio, fundamentado em princípios liberais e de economias de mercado. Mais do que isso, assim como no caso chinês, a incorporação da Rússia ao sistema multilateral de comércio certamente terá efeitos significativos sobre a estrutura e dinâmica institucionais da OMC – principalmente diante do espaço privilegiado que os BRICS ocupam na agenda de política externa da Rússia.

3. Os tortuosos processos de adesão da China e da Rússia

A China foi um dos 23 países signatários do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês), em 1948, mas se retirou do referido Acordo após a Revolução de 1949. Anos mais tarde, entretanto, o governo de Pequim manifestou interesse em retornar ao

GATT, sob o argumento de que a concorrência internacional aceleraria as reformas econômicas empreendidas no país em meados da década de 1980, tais como o estímulo à modernização de empresas estatais e a atração de investimento estrangeiro para a China². A entrada na Organização também impediria a discriminação comercial de produtos chineses e beneficiaria as indústrias em que o país asiático possuía vantagens comparativas (ou seja, aquelas indústrias intensivas em mão-de-obra)³. Ainda, os consumidores chineses passariam a ter acesso a uma maior variedade de produtos, e o país poderia utilizar o mecanismo de solução de controvérsias da Organização e participar da formulação das novas regras do regime internacional de comércio⁴.

O processo de adesão da China estendeu-se por 15 anos. O extenso lapso temporal deveu-se a dois motivos principais. Em primeiro lugar, a transição do GATT para a OMC implicou a ampliação da agenda: após a Rodada Uruguai, as negociações – antes restritas ao comércio de bens – passaram a envolver também temas como serviços, investimento, barreiras não-tarifárias e propriedade intelectual⁵.

Em segundo lugar, a forte intervenção do Estado na economia

chinesa configurava, em diversos aspectos, práticas desleais de comércio, nos termos dos regimes já negociados entre os membros da OMC, como o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias e o Acordo *Antidumping*, entre outros. Assim, as principais exigências apresentadas pelos países membros da OMC estavam associadas ao fim das políticas distorcivas ao comércio – por exemplo, tarifas elevadas de importação, presença do Estado nas atividades de produção e exportação, barreiras não-tarifárias, discriminação de produtos estrangeiros e proteção inadequada aos direitos de propriedade intelectual⁶.

Ainda, foi necessária a normalização das relações comerciais com os Estados Unidos. Em 1999, os dois países assinaram um acordo cujas principais disposições tratavam da redução das tarifas para produtos agrícolas e industriais; da permissão para comercialização de produtos agrícolas por empresas privadas; do fim de barreiras fitossanitárias não comprovadas cientificamente; da redução dos subsídios domésticos e para exportação; da redução das tarifas e do fim das cotas para o comércio de automóveis; do fim das barreiras a investidores estrangeiros como exigência de transferência de tecnologia e exigência de conteúdo

nacional⁷. Em 2001, o Grupo de Trabalho encarregado de notificar as adaptações necessárias e de definir o cronograma de transição concluiu o protocolo de adesão da China, aprovado por todos os membros da OMC⁸.

Com a adesão da China, a Rússia era, havia pouco tempo, a única grande economia fora do sistema multilateral de comércio. O país iniciou seu processo de adesão em 1993, com expectativas de que a entrada na OMC resultasse em uma maior inserção do país no mercado mundial, das exportações associadas ainda à melhoria da transparência dos regimes de comércio.

Assim, de modo geral, os compromissos assumidos pela Rússia em seu protocolo de adesão estão alinhados à meta de promover maior abertura comercial e maior integração ao comércio internacional⁹. A Rússia também espera – assim como a China – que a entrada na OMC contribua para a modernização de sua economia, principalmente por meio da melhora do ambiente para investimento estrangeiro no país¹⁰.

Após 18 anos de negociações, todavia, as negociações não haviam chegado ao fim. Um dos pontos que dificultou esse processo estava relacionado a divergências em torno da proposta estadunidense de

liberalização nos setores de bens agrícolas e propriedade intelectual. As negociações entre Estados Unidos e Rússia também foram deterioradas pela imposição de barreiras sanitárias, por parte da Rússia, à importação de carne bovina e suína oriunda dos Estados Unidos. A Rússia acabou por ceder ao acordo com aquele país, e as negociações bilaterais foram concluídas em 2006. No entanto, o não reconhecimento da Rússia como economia de mercado por parte dos Estados Unidos pode sinalizar a continuidade de alguns eixos de atrito entre os dois países¹¹.

Outro elemento que dificultou o processo de adesão russo foi a deterioração das relações com a Geórgia, país que já desfrutava do *status* de membro da OMC. Os conflitos nas relações diplomáticas com a Rússia culminaram com uma guerra entre os dois países em 2008, o que levou à paralisação das negociações de ingresso. Em 2009, o último grande impedimento à conclusão do processo estava relacionado às tensões com a Geórgia: este país reivindicava o reconhecimento de sua autonomia sobre as regiões da Abkázia e da Ossétia do Sul; e exigia que observadores internacionais passassem a monitorar o comércio na fronteira das regiões separatistas. Em

novembro de 2011, foi anunciado um acordo entre Rússia e Geórgia, sob intermediação da Suíça, segundo o qual entidades privadas seriam contratadas, por uma terceira parte neutra, como fiscalizadoras do comércio¹².

O Grupo de Trabalho responsável pela negociação do processo de adesão aprovou, em 10 e 11 de novembro de 2011, o protocolo de adesão da Rússia. Este país assinou 30 acordos sobre acesso a mercados de serviços e 57 acordos sobre acesso a mercado de bens¹³. O protocolo de ingresso da Rússia à OMC foi formalmente aprovado em dezembro de 2011, na 8ª Conferência Ministerial da Organização¹⁴. Com a adesão do país, 95% do comércio mundial passam a ser regulados pelas regras e princípios da OMC¹⁵.

Tanto China como Rússia assumiram como compromisso a liberalização de seus regimes comerciais, a promoção de maior integração da economia mundial e de um ambiente mais previsível para os investimentos e o comércio internacional, além do compromisso de adoção de políticas domésticas em conformidade com as regras da OMC. Na próxima seção, tais compromissos serão explorados de maneira mais aprofundada.

4. Os termos do ingresso: uma breve análise dos protocolos de adesão

Os principais compromissos assumidos por China e Rússia como condição de entrada na OMC estão contidos nos respectivos protocolos de adesão e seus anexos. Esse documento é compreendido pelos acordos resultantes das negociações bilaterais do país solicitante com os parceiros comerciais interessados. Tais compromissos preveem um período de transição para sua implementação.

Os compromissos chineses envolviam: o fim da discriminação de bens e serviços de outros membros da OMC; a revisão da legislação comercial chinesa para que estivesse de acordo com as regras da Organização; o fim dos subsídios a produtos agrícolas e à exportação; a ampliação do acesso a mercado; e a aplicação do Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) a partir da data de adesão – ponto controverso, considerando as recorrentes acusações de violação de direitos de propriedade intelectual por parte da China.

Sobre o controle de preços, a China se comprometeu a eliminar as práticas de preços duais para bens nacionais destinados ao consumo

doméstico e para aqueles destinados à exportação. Deveria, também, pôr fim à prática de controle de preços como forma de proteger a indústria de bens e serviços nacionais.

Na questão de acesso a mercado, o país se comprometeu a reduzir gradualmente as barreiras ao comércio e permitir maior acesso a seu mercado de bens. Além disso, comprometeu-se em reduzir as tarifas de importação, as quais deveriam ser limitadas a 15% para bens agrícolas e a 8,9% para bens industriais. Já os subsídios ficariam restritos a 8,5% do valor total da produção. Na área de serviços, o país deveria abrir o setor de telecomunicações e serviços financeiros à concorrência internacional¹⁶.

Foi estabelecido um prazo de três anos para que empresas estrangeiras pudessem importar e exportar diretamente de/para todo o território chinês, com poucas exceções¹⁷. Em outras palavras, o regime de Zonas Econômicas Especiais não seria mais válido, já que o investimento estrangeiro não poderia ser direcionado apenas para regiões definidas pelo governo chinês.

No caso da Rússia, foram assinados 57 acordos bilaterais para bens. O teto geral da tarifa de importação foi de 7,8% para todos os produtos, exceto para os agrícolas e

para os bens manufaturados, cujos tetos máximos foram fixados em 10,8% e 7,3%, respectivamente. Pode-se perceber que houve maior pressão sobre a Rússia do que sobre a China para redução das tarifas de importação de bens, uma vez que as tarifas chinesas tiveram um teto maior.

Ainda, foi aceita a manutenção de algumas cotas tarifárias negociadas para os produtos importados dentro do volume definido para carnes bovina, suína, de aves e produtos derivados do soro de leite. Todas as outras restrições quantitativas a importações (como cotas e a necessidade de autorização e licenças para importação) que não pudessem ser justificadas no âmbito da OMC deveriam ser gradualmente eliminadas. Além disso, foi estabelecido que barreiras fitossanitárias e técnicas só deveriam ser impostas quando de acordo com as regras da OMC. Neste ponto, o acordo foi bastante específico, pois o país tem um histórico recente de imposição de barreiras fitossanitárias sem justificativa científica¹⁸. Em comparação com as exigências feitas à China sobre as cotas, a Rússia teve maior liberdade para manter tal política para alguns produtos durante o período de transição.

Em matéria de serviços, a Rússia assinou 30 acordos de acesso a mercado. Tais acordos abrangiam 11

setores de serviços e 116 subsectores. Aqui, também houve maior pressão – principalmente por parte dos Estados Unidos – para que houvesse um maior comprometimento na liberalização de serviços pela Rússia, com base na percepção de que, com a China, tal tema não havia sido devidamente negociado.

Os subsídios devem ser reduzidos e eliminados gradualmente, de maneira que a exportação e o consumo de produtos domésticos não sejam favorecidos em detrimento de produtos estrangeiros. Os subsídios agrícolas devem ser reduzidos a US\$ 4,4 bilhões até 2018, mas em 2012 o valor não deve superar US\$ 9 bilhões.

Como a China, a Rússia também possuía práticas de controle de preço, sobretudo sobre o gás. Porém, o governo russo não aceitou que tal tema constituísse uma condição para sua entrada na Organização, por considerar se tratar de assunto interno, que deveria ser determinado pela demanda de políticas sociais domésticas. Esta foi uma exceção relevante, negociada na reserva de *policy space* por parte desses países¹⁹.

O protocolo inclui a intenção de o governo russo aderir à versão revisada do Acordo de Compras Governamentais (GPA, sigla em inglês), aprovada durante a 8ª Conferência Ministerial da OMC. Assim

como a China, o país atualmente desfruta de *status* de observador nesse regime. O referido acordo plurilateral estabelece bens, serviços e agentes governamentais contemplados na abertura da concorrência externa no setor de licitações públicas. Segundo o protocolo de adesão da Rússia, o país visa a assinar o GPA dentro de quatro anos após a conclusão da adesão. Há grande pressão para que a China também faça parte desse acordo.

Uma breve análise dos protocolos referentes à adesão da Rússia e da China revela uma rigidez maior sobre as condições impostas à Rússia. Isso pode decorrer de motivos diversos, entre eles: a percepção de que as negociações com a China deixaram lacunas que permitiram a manutenção de certas medidas protecionistas; e as transformações no cenário do comércio global nos dez anos transcorridos desde que a adesão da China foi aprovada.

Uma exceção a essa apreciação, de interesse para os BRICS, foi o fato de o protocolo da Rússia permitir certa margem para a adoção, por parte do governo russo, de restrições às exportações para centenas de produtos (entre eles, alimentos, matérias primas e minerais). O debate internacional sobre segurança alimentar e as implicações negativas dessas políticas sobre o

abastecimento mundial desses produtos pode colocar questões relevantes no futuro das tratativas de coordenação intra-BRICS e em relação aos demais países em desenvolvimento, muitas vezes importadores líquidos desses bens.

Por fim, é curioso observar que tanto o protocolo da Rússia como o da China incluem tais países no Sistema Geral de Preferências (SGP), que permite que países em desenvolvimento desfrutem de prazos e condições diferenciados para a implementação dos acordos no repertório da OMC²⁰. Esse aspecto é notável, tendo em vista que ambos os países figuram entre economias com taxa de crescimento de destaque.

5. Considerações finais

Após uma década como membro da OMC, a China apresenta mudanças significativas em sua política comercial²¹ e econômica²². Desde que ingressou na OMC, o país registrou uma média de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 10% ao ano e tornou-se o país com o segundo maior fluxo de comércio, além de ser o maior país exportador e o segundo maior importador²³. Ainda, a tarifa de importação aplicada pela China em mais de 5.000 produtos foi reduzida de uma média de 43,2% para 9,8%, após

o período de transição²⁴. No setor de serviços, o país tornou-se o quarto maior exportador e o terceiro maior importador²⁵.

Houve também diversificação dos parceiros comerciais chineses, principalmente no que se refere à relação com os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos: o comércio com países de menor desenvolvimento relativo, por exemplo, cresceu 24% desde que a China se tornou membro da OMC²⁶. O país tornou-se o maior parceiro comercial de Brasil, Austrália, Japão e África do Sul em 2010 e está entre os três principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e da UE²⁷.

No que se refere a investimentos, 34.700 empresas com capital estrangeiro foram abertas na China desde a sua adesão à OMC e respondem, atualmente, por cerca de metade das exportações chinesas²⁸. Vale ressaltar que os países em desenvolvimento são os principais destinatários do investimento chinês no exterior²⁹.

Um dos principais impactos da entrada da China na OMC foi a incorporação das regras da Organização pelo país: cerca de 3.000 leis nacionais e 190.000 leis de âmbito local foram promulgadas ou alteradas para que a legislação chinesa estivesse em conformidade com as

regras e princípios da OMC³⁰. Não-discriminação, transparência e *rule of law* tornaram-se expressões usadas no ambiente comercial chinês, o que facilitou a implantação de reformas orientadas para o mercado e na criação de um ambiente propício ao investimento internacional³¹.

Contudo, é preciso destacar também os aspectos problemáticos que persistem na política comercial chinesa, alguns dos quais têm constituído objeto de numerosos painéis no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Algumas dessas reclamações envolvem a desvalorização cambial do Yuan, considerada uma política artificialmente sustentada pelo governo chinês; bem como o favorecimento de empresas nacionais nos processos de licitação governamentais, tarifas e restrições de exportação e subsídios concedidos a empresas nacionais³². Se tais elementos forem associados ao porte econômico da China, não surpreende que o país é o mais acionado no referido Órgão³³.

Essas questões fazem com que alguns afirmem que o processo de liberalização comercial no país está estagnado³⁴, mas podem também apontar para limites do processo de liberalização levado a cabo na China, principalmente nos pontos que afetam o planejamento de desenvolvimento

econômico empreendido pelo partido central.

Não está claro ainda qual será o impacto da entrada na OMC para a Rússia e sua economia. No entanto, parece pertinente refletir sobre os prováveis interlocutores da Rússia na Organização, haja vista que a agenda econômica da política externa russa revela movimentos ambíguos, em certa medida: trata-se de uma grande potência, que compõe o G-8 e o G-20, mas cuja atividade diplomática mais intensa tem incidido, no período mais recente, sobre o agrupamento dos BRICS.

Na OMC, as negociações do processo de adesão da Rússia expuseram eixos de divergências comerciais com os Estados Unidos que podem eventualmente constituir objeto de disputas no Órgão de Solução de Controvérsias. Em contraste, dentre os documentos de posição circulados anteriormente à 8ª Conferência Ministerial da OMC³⁵, a única declaração conjunta assinada pela Rússia – embora este país não desfrutasse do *status* formal de membro da OMC nesse momento – envolveu os BRICS³⁶.

Ainda, a Cúpula dos BRICS em Nova Déli, realizada em finais de março de 2012, foi acompanhada de um encontro envolvendo os ministros de Comércio. Nessa ocasião, os

países BRICS manifestaram pessimismo com relação à conclusão da Rodada Doha de negociações, e não foram estabelecidas iniciativas concretas de cooperação desses países no âmbito da Organização. A única medida concreta de cooperação estabelecida consistiu na ampliação das linhas de créditos entre esses países em suas moedas nacionais, com vistas a aumentar investimentos e trocas comerciais entre esses países³⁷.

De todo modo, a expectativa é de que o país, assim como a China, aprofunde o processo de liberalização comercial e modernização de sua economia. Todavia, os atritos diplomáticos e o desgaste da relação comercial resultantes das barreiras sanitárias impostas sobre a carne brasileira e estadunidense deverão adquirir destaque na agenda desses países exportadores. Caso a adaptação da Rússia às regras da Organização que buscam conferir maior previsibilidade e padrões referenciais de exigências sanitárias não impeça atritos similares no futuro, esse item poderá representar um limite de articulação da Rússia com um aliado central dentre os países desenvolvidos na OMC – os Estados Unidos –, assim como dentre os países em desenvolvimento ou mesmo os BRICS – o Brasil.

As dificuldades no cenário político e econômico internacional que repercutem sobre as possibilidades de avanço no aprofundamento do regime multilateral de comércio da OMC impactam no reforço de iniciativas de negociações bilaterais. A entrada da Rússia na OMC estabelece uma base comum de critérios para tais tratativas, mas as possibilidades de real convergência de interesses na coordenação intra-BRICS ainda estão por ser exploradas.

¹ Cabe ressaltar que, apesar de comunista, a China é considerada um regime socialista de Estado, uma vez que teve início, na década de 1970, um processo de abertura democrática e em direção à economia de mercado no país.

² Ver: CHOW, G. C. The impact of joining WTO on china's economic, legal and political institutions. In: *Journal of Economic Literature*. Princeton University, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~gchow/WTO.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012. Ver também: PRIME, P.B. China joins the WTO: how, why, and what now? The overall, long-term, effects should be positive, but don't expect too much, too soon. In: *Business Economics*. The National Association for Business Economists, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.freepatentsonline.com/article/Business-Economics/86851408.html>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

³ CHINA-WINDOW. Implications of Membership in the WTO for China. In: *China-window: The best way to China*. Disponível em: <http://www.china-window.com/china_market/wto_and_china/implications-of-membershi.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2012.

⁴ MORRISON, W. M. China and the World Trade Organization. In: *CRS Report for Congress*. 17 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.iwar.org.uk/news-archive/crs/8115.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

⁵ BRAHM, L. J. *China after WTO*. Beijing: China Intercontinental, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=kVunTbAub1wC&oi=fnd&pg=PA88&dq=china+and+wto&ots=LOKMHZApeQ&sig=ZCZzZdmDEK6tromPBc2O1B97KNo#v=onepage&q=china%20and%20wto&f=false>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

⁶ MORRISON, W. M. China and the World Trade Organization. In: *CRS Report for Congress*. 17 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.iwar.org.uk/news-archive/crs/8115.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

⁷ MORRISON, W. M. China and the World Trade Organization. In: *CRS Report for Congress*. 17 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.iwar.org.uk/news-archive/crs/8115.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

⁸ Ibid.

⁹ WORLD TRADE ORGANIZATION. Accessions: Working Party seals the deal on Russia's membership negotiations. In: *WTO: 2011 News Itens*. 10 nov. 2011. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/news11_e/acc_rus_10nov11_e.htm>. Acesso em: 02 fev. 2012.

¹⁰ THE JAPAN TIMES. Russia as WTO member. In: *The Japan Times online*. 16 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/text/ed20120116a1.html>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

¹¹ A emenda conhecida como Jackson-Vanik, que altera a lei de comércio de 1974, nega a alguns países – incluindo a Rússia – o *status* de Nação Mais Favorecida, por não serem considerados economias de mercado. Para mais informações, ver: Brandão, Fernanda; Gama, Isabela. A jornada de adesão da Rússia à OMC - 18 anos de negociações. In: *BRICS Monitor*. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, dez. 2011. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/Job/Intern/1759>>. Acesso em: 05 fev. 2012.

¹² BARRY, E. Deal for Russia to Join W.T.O. Is Accepted by Georgians. *The New York Times*. (27/10/2011). Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/10/28/world/europe/georgians-suggest-wto-deal-for-russia-is-near.html?partner=rss&emc=rss>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

¹³ WTO. Working Party seals the deal on Russia's membership negotiations. *WTO News*. (10/11/2011). Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/news11_e/acc_rus_10nov11_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2011.

¹⁴ A ratificação do protocolo ocorreu em 18 de julho de 2012. Trinta dias após essa data, a Rússia concluirá seu processo de adesão, passando a ser, oficialmente, membro da organização. Ver: <<http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/138890/>> Acesso em: 25 jul. 2012

¹⁵ WTO. Accessions: Ministerial Conference approves Russia's WTO membership. In: *WTO: 2011 News Itens*. (16/12/2011). Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/news11_e/acc_rus_16dec11_e.htm>. Acesso em: 02 fev. 2012.

¹⁶ CHOW, G. C. The impact of joining WTO on china's economic, legal and political institutions. In: *Journal of Economic Literature*. Princeton

University, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.princeton.edu/~gchow/WTO.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

¹⁷ WORLD TRADE ORGANIZATION. WTO successfully concludes negotiations on China's entry. In: *WTO News: 2001 Press Releases*. (17/11/2011). Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres01_e/p_r243_e.htm>. Acesso em: 02 fev. 2012.

¹⁸ Um caso recente, registrado em 2011, envolvia um embargo à carne exportada pelo Brasil, por motivos fitossanitários. Para mais informações, ver: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/550/doc/1458072298.pdf>>.

¹⁹ Também conhecido como “espaço para políticas de desenvolvimento econômico”, o *policy space*, introduzido em 2006 nas negociações da OMC, corresponde à margem de manobra de que os países em desenvolvimento dispõem para suas políticas de desenvolvimento econômico. Essa margem deve, entretanto, ser negociada junto aos demais membros da Organização.

²⁰ PRIME, P.B. China joins the WTO: how, why, and what now? The overall, long-term, effects should be positive, but don't expect too much, too soon. In: *Business Economics*. The National Association for Business Economists, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.freepatentsonline.com/article/Business-Economics/86851408.html>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

²¹ Ver: *Pontes Bimestral*. Avaliação da política comercial dos Estados Unidos e da China: que pontos interessam ao Brasil? In: *Pontes Bimestral*, Vol. 4, No. 3, ago. 2008. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/news/pontes/17230/>>. Acesso em: 05 fev. 2012.

²² YI, X. A Decade in The WTO, a Decade of Shared Development. *A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance*. Genebra: ICTSD, dez. 2011. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/2011/12/2011-ebook-on-china-and-wto.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

²³ Ver: MARTINA, M. Analysis: After 10 years, China's WTO ride could get bumpier. *Reuters*. (29/11/2011). Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2011/11/29/us-china-wto-anniversary-idUSTRE7AS0BM20111129>>. Acesso em: 02 fev. 2011. Ver também: SINGH, H. V. WTO Membership: impact on China and Global Trade. In: *A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance*. Genebra: ICTSD, dez. 2011. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/2011/12/2011-ebook-on-china-and-wto.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012. Ver também: WORLD TRADE ORGANIZATION. WTO successfully concludes negotiations on China's entry. In: *WTO News*:

2001 Press Releases. (17/11/2011). Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/pres01_e/p_r243_e.htm>. Acesso em: 02 fev. 2012.

²⁴ SUN, Z. China's experience of 10 years in the WTO. In: *A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance*. Genebra: ICTSD, dez. 2011. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/2011/12/2011-ebook-on-china-and-wto.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

²⁵ YI, X. A Decade in The WTO, a Decade of Shared Development. In: *A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance*. Genebra: ICTSD, dez. 2011. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/2011/12/2011-ebook-on-china-and-wto.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

²⁶ Ibid.

²⁷ SINGH, H. V. WTO Membership: impact on China and Global Trade. In: *A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance*. ICTSD, Dez. 2011. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/2011/12/2011-ebook-on-china-and-wto.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012. Ver também: YI, X. A Decade in The WTO, a Decade of Shared Development. In: *A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance*. Genebra: ICTSD, dez. 2011. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/2011/12/2011-ebook-on-china-and-wto.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

²⁸ Ibid.

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid.

³¹ YI, X. A Decade in The WTO, a Decade of Shared Development. *A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance*. Genebra: ICTSD, dez. 2011. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/2011/12/2011-ebook-on-china-and-wto.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

³² SUN, Z. China's experience of 10 years in the WTO. In: *A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance*. Genebra: ICTSD, dez. 2011. Disponível em: <<http://ictsd.org/downloads/2011/12/2011-ebook-on-china-and-wto.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

³³ *Financial Times*. China and the WTO: 10 years later. (17/09/2011). Disponível em: <<http://www.theglobeandmail.com/report-on-business/international-news/global-exchange/financial-times/china-and-the-wto-10-years-later/article2168463/>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

³⁴ Anderline, J. Após dez anos na OMC, China está sob pressão. *Valor Econômico*. (13/12/2011). Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/1135280/>>

apos-dez-anos-na-omc-china-esta-sob-pressao>. Acesso em: 02 fev. 2011.

³⁵ Foram divulgados documentos de posição dos seguintes agrupamentos: União Africana, Associação do Sul da Ásia para a Cooperação Regional (SAARC, sigla em inglês), PMDRs, Amigos do Desenvolvimento, BRICS, G-20 (agrícola), Grupo das Economias Pequenas e Vulneráveis (SVEs, sigla em inglês), Grupo dos PEDs, Grupo dos Membros Recém Aderidos (RAMs Group, sigla em inglês), G-33 e Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), além da declaração assinada pelos países árabes. Cabe destacar que nenhum desses grupos envolve países desenvolvidos.

³⁶ Ver documento WT/MIN(11)/18. Ver: http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min11_e/official_doc_e.htm. Acesso em: 03 fev. 2012.

³⁷ Colitt, R. & Blanchard, B. BRICS não conseguem avançar em impasse do comércio global. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midia-internacional/reino-unido/agencia-reuters/2011/04/14/brics-nao-conseguem-avancar-em-impasse-do-comercio/?searchterm=brics%20com%C3%A9rcio>>. Acesso em: 24 jul.2012